

## **As pautas da reforma urbana e do direito à cidade: vozes e práticas de movimentos sociais em territórios populares na RMBH a partir de um projeto de extensão**

*The agendas of urban reform and the right to the city: voices and practices of social movements in popular territories in RMBH based on an outreach project*

Clarissa dos Santos Veloso<sup>1</sup>  
Thiago Canettieri<sup>2</sup>  
Bárbara Moreira de Andrade<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo explora as transformações das demandas sociais em territórios populares que informam os desafios emergentes e as consequentes formas de ação coletiva de movimentos sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A partir dos encontros de pesquisadores e ativistas em um curso de formação, analisamos a articulação entre as pautas atualizadas e o ideário da Reforma Urbana e do Direito à Cidade a partir da teoria de *frames*. Os encontros do Curso promovem discussões sobre a reforma urbana e o direito à cidade, além de difundir práticas que ativistas empregam em suas atividades cotidianas. Os debates indicam uma pluralidade de pautas e uma hibridização das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade. Apesar de historicamente guiadas pela questão habitacional, hoje nota-se um amplo panorama de interesses e necessidades que são articuladas nas práticas dos movimentos sociais. O escopo de ação dos movimentos sociais tem se ampliado na direção da integração das pautas. O presente trabalho contribui para avançar na análise sobre os agentes, interesses e ações coletivas de movimentos sociais da RMBH.

**Palavras-chave:** Reforma urbana. Direito à cidade. Região Metropolitana de Belo Horizonte. Movimentos sociais. *Frames*.

### **ABSTRACT**

This article explores the transformations of social demands in popular territories shedding light on emerging challenges and the resultant collective actions by social movements in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH). Drawing upon interactions between researchers and activists during a training course, we conducted an analysis that explores the intersection between contemporary agendas and the foundational principles of Urban Reform and the Right to the City, using frame theory as a lens. The meetings served as a platform for

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil; pesquisadora no Laboratório de Urbanismo (LabUrb) da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Minas Gerais, Brasil / PhD in Social Sciences, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; researcher at the Urbanism Laboratory (LabUrb) at the School of Architecture and Urbanism, University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil (clarissaveloso25@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professor na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; coordenador regional do Núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq); líder do Grupo de Pesquisa Crise, Trabalho, Capital e Revolta (CRITICAR); pesquisador do Grupo Cosmópolis / PhD in Geography, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the School of Architecture at that institution; regional coordinator of the RMBH Center of the Metropolitan Observatory (INCT/CNPq); leader of the Crisis, Work, Capital and Revolt Research Group (CRITICAR); researcher at the Cosmopolis Group (thiago.canettieri@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil / Undergraduate degree student in Architecture and Urbanism at the School of Architecture, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil (barbara.moreira.andrade@outlook.com).

robust discussions regarding urban reform and the right to the city, while also serving to disseminate the practical strategies employed by activists in their day-to-day endeavors. The debates held during the course indicate a plurality of agendas and a hybridization of struggles for urban reform and the right to the city. Though historically rooted in housing issues, contemporary social movements exhibit a broader spectrum of interests and needs, reflected in their multifactorial activities. The landscape of social movement activism has expanded to encompass a more integrated approach to addressing diverse agendas. This study contributes to advancing our understanding of the key agents, interests, and collective actions driving social movements in the RMBH.

**Keywords:** Urban reform. Right to the city. Belo Horizonte Metropolitan Region. Social movements. Frames.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho explora as transformações das demandas das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade em territórios populares da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a partir dos desafios emergentes e das consequentes formas de ação e prática de movimentos sociais, associações e coletivos.<sup>4</sup> Esta análise se ancora na realização do Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS - RMBH), parte integrante de um projeto que concilia pesquisa, ensino e extensão.<sup>5</sup>

O CFAS consiste em um ciclo de encontros gratuitos nos quais a reforma urbana e o direito à cidade, em suas variadas dimensões, são problematizados e debatidos. A partir de uma combinação de conhecimentos acadêmicos e produzidos pelos movimentos, os facilitadores convidados compartilham experiências com a turma de cursistas. O Curso visa a impulsionar a participação social e a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis e fomentar as redes de apoio entre ativistas e suas pautas. Por isso, o CFAS é voltado para integrantes de movimentos, coletivos e entidades, entendendo que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências da formação em seu grupo de atuação.

Os encontros do Curso promovem discussões e dinâmicas de grupo, a partir da perspectiva dos movimentos sociais, sobre a reforma urbana e o direito à cidade, além de

---

<sup>4</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 47º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Campinas (SP), em outubro de 2023, no GT28: Cidades e democracia em disputa. Agradecemos aos comentadores do trabalho então apresentado pelas sugestões para sua continuidade e aprimoramento, em especial ao debatedor Humberto Meza.

<sup>5</sup> O curso é organizado pelo LabUrb/UFMG e pelo Núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles. Contamos com apoio do Habitat para Humanidade no Brasil, do Fórum Nacional de Reforma Urbana e do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) por meio de financiamento via edital da EU (União Europeia). A iniciativa também é apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos aos parceiros pelo financiamento e demais formas de apoio!

difundir práticas que esses atores constroem em suas atividades cotidianas. Nessas oportunidades, lançamos mão de observação participante com ênfase nos discursos orais e relatos de experiências, bem como de outras formas de registro, como gravação de vídeos e fotografias.

Este artigo apresenta os avanços empreendidos para compreender os cenários de luta pela efetivação da reforma urbana e do direito à cidade a partir da teoria de *frames* e enfatizando os repertórios de ações e práticas adotados por grupos de movimentos sociais e associações civis da RMBH. Trazemos para a análise a primeira e a segunda edições do Curso de Formação, que aconteceram em 2022 e 2023, respectivamente. Em síntese, *frames*<sup>6</sup> de ação coletiva são esquemas de interpretação e compreensões compartilhadas acerca de alguma condição ou situação problemática que movimentos sociais definem como necessitada de mudança, fazendo atribuições sobre responsáveis, articulando um conjunto alternativo de arranjos e incitando outros a agir em conjunto para promover mudanças (Benford; Snow, 2000).<sup>7</sup>

A primeira parte deste artigo traz uma breve revisão sobre a trajetória da participação e da mobilização social em torno das políticas urbanas no Brasil desde a redemocratização com ênfase nas distintas conjunturas político-econômicas e seus efeitos sobre demandas e ações coletivas. Em seguida, apresentamos sínteses acerca da primeira e segunda edições do CFAS, com reflexões e questões que elas ensejaram a partir da teoria de *frames*. Por fim, algumas considerações finais encerram o artigo.

### **Trajatória recente das políticas e ações coletivas urbanas no Brasil**

O processo de redemocratização do Brasil possibilitou inovações no envolvimento da sociedade civil em processos de formulação e de fiscalização de políticas públicas de áreas diversas – saúde, assistência social, educação etc. A partir dos anos 1990 e com reforços significativos de 2003 em diante, com a chegada do PT ao poder federal, os canais de participação institucionalizados se ampliaram. Incluíram, no nível federal, a realização das Conferências Nacionais e a instituição e expansão dos conselhos nacionais, assim como

---

<sup>6</sup> A opção por não traduzir *frame* se deve a não encontrarmos, em português, um equivalente satisfatório para o termo. Em parte da literatura brasileira, *frame* tem sido traduzido como “quadro”, “moldura” e/ou “enquadramento” (Pereira; Silva, 2017; Serra, 2021). Outra parcela dos trabalhos, no entanto, opta pela manutenção do termo em inglês argumentando sobre possíveis reducionismos e equívocos resultantes da tradução (Ricoldi, 2012).

<sup>7</sup> As pesquisas empíricas no Brasil têm utilizado o conceito para analisar movimentos sociais diversos, incluindo, por exemplo, organizações ligadas aos direitos humanos e de animais (Ricoldi, 2012; Pereira; Silva, 2017) e aos movimentos feminista (Serra, 2021) e de catadores de recicláveis (Santos *et al.*, 2010).

experiências do orçamento participativo, essas vinculadas ao nível municipal em um primeiro momento (Avritzer, 2009; 2016; Moroni, 2005).

No balanço da trajetória de ampliação e institucionalização da participação social com relação às políticas urbanas no Brasil, consideramos como marco inicial para este artigo o ano de 2001, quando foi aprovado o Estatuto da Cidade. O seu capítulo V reconhece a gestão democrática da cidade como um direito a ser assegurado por meio de instrumentos como órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

Posteriormente, em 2003, já no primeiro mandato do presidente Lula, foi criado o Ministério das Cidades, atendendo a antiga demanda do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Fundado em 1985, inicialmente como Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), o Fórum tem como objetivo a promoção do acesso à terra urbana e habitação nas crescentes e desiguais cidades brasileiras. Favelas, sem-teto, arquitetos e planejadores progressistas, ONG e outros grupos e atores encabeçam desde então, no plano nacional, lutas por princípios constitucionais e garantias que visem à reforma urbana, como aprovação da função social da propriedade, maior autonomia municipal, participação institucionalizada e gestões mais democráticas nas cidades.

Também em 2003, foi instituído o Conselho Nacional das Cidades, integrante da estrutura administrativa da pasta ministerial. Formalmente, tratava-se de um elemento central na formulação e negociação de políticas urbanas. Nos 12 primeiros anos de funcionamento, o Conselho contou com espaço de representação para setores governamentais dos três níveis de governo e para a sociedade civil - setor empresarial, organizações profissionais, terceiro setor, entidades acadêmicas e movimentos populares. Dentre as discussões e políticas aprovadas, destacam-se o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, a elaboração da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445 de 2007), a elaboração da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n. 12.587 de 2012), entre outras (Santos Junior, 2019).

Os avanços institucionais foram acompanhados pela efervescência de manifestações públicas que reivindicavam acesso aos serviços urbanos e outras pautas e por ocupações de terras e vazios urbanos, bem como pela incorporação de ativistas e outros atores dos movimentos sociais em postos-chave no interior do Estado, como ocupantes de cargos da burocracia pública (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Maia, Brasil, 2019; Campos, 2019).

Apesar das conquistas, ficaram explícitos os limites do Conselho Nacional das Cidades, de outras instâncias de participação e das formas de operar e financiar as políticas urbanas durante os governos Lula e Dilma. As atribuições do Conselho eram majoritariamente consultivas, enfraquecendo-o como espaço de conflito e concertação em torno da política urbana federal e como influente na sua concepção e no desenho institucional de políticas urbanas estruturais do governo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o projeto da Copa do Mundo e das Olimpíadas não tiveram qualquer participação do Conselho das Cidades (Santos Junior, 2019) e apresentaram diversas outras lacunas que não caberão nos limites deste artigo. Cabe, no entanto, citar alguns exemplos.

Esperava-se que o PAC promovesse a justiça social e a conquista do direito à cidade pelos pobres, contrariando a prática brasileira que sempre concentrou recursos públicos no atendimento das necessidades do capital. Apesar do direcionamento de recursos do PAC para obras de infraestrutura, o Programa foi prejudicado pelas dinâmicas próprias do capitalismo e de sua relação com o Estado e por características do federalismo brasileiro, com um caótico processo de descentralização de competências na política urbana e uma frágil coordenação intergovernamental no país (Caldas, 2015).

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) apresentou como uma das falhas a abordagem predatória na implantação de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, priorizando os interesses do capital em detrimento da política nacional de habitação (Bonduki, 2009; Shimbo, 2012). Além disso, sua estratégia de inserção urbana reforça um modelo excludente e precário de urbanização, falho em compreender as necessidades qualitativas do déficit habitacional brasileiro, resultando em descompassos entre a produção de habitações e as necessidades das famílias (Rolnik *et al.*, 2015; Nakano; Freitas; Souto, 2021; Nascimento, 2021).

Apesar dessas ponderações, o período foi marcado, dentre outros aspectos, por mobilização social, experiências de participação institucionalizada e ampliação de políticas sociais em vários setores (saúde, educação, moradia etc.). Contudo, ao mesmo tempo, a qualidade de vida na cidade se deteriorou rapidamente. Observou-se, em diferentes municípios, uma rápida mercantilização da cidade, impulsionada pela preparação para os Grandes Eventos (Gonçalves; Simões, Magalhães, 2013). Ainda que as metrópoles tenham recebido recursos federais para a realização de obras infraestruturais com o Programa de Aceleração do Crescimento e tenham experimentado uma expansão na produção de unidades habitacionais, a dinâmica urbana continuou ampliando a desigualdade social (Cardoso; Denaldi, 2018; Cardoso; Aragão, 2013). Com a ausência de mecanismos e instrumentos urbanísticos capazes de conter

a valorização da terra, o déficit habitacional continuou crescendo. Em muitas capitais, por exemplo, a lógica do transporte público operado por empresas privadas, interessadas na lucratividade da prestação do serviço, fez com que o poder público das municipalidades implementasse aumentos sucessivos nas tarifas, resultando num aumento das tarifas acima da inflação. Políticas do governo federal de desoneração de impostos sobre veículos particulares fizeram expandir a frota de carros nas metrópoles aumentando o tráfego e o tempo de deslocamento. Em algumas regiões metropolitanas o tempo de deslocamento médio chegou a dobrar em cinco anos (Andrés, 2023).

O Estatuto da Cidade anteriormente mencionado figurava como uma possibilidade, conquistada pelos movimentos sociais articulados, de inverter as prioridades na produção do espaço urbano brasileiro. Sobre isso, é fundamental ter em conta a compilação e síntese das avaliações dos Planos Diretores organizada por Santos Junior (2011), dez anos depois da promulgação do Estatuto da Cidade. Tal avaliação crítica pode indicar uma importante forma de acompanhar os avanços e limites do Plano Diretor como instrumento da política e gestão urbana. O balanço realizado indica uma certa centralidade no tratamento da questão do zoneamento, da gestão do uso do solo, do sistema viário e da habitação, enquanto pouca ou nenhuma incorporação de temáticas como saneamento ambiental e mobilidade urbana. Ainda assim, raramente os planos incorporam instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que relativizam o direito de propriedade e que serviriam para financiar políticas urbanas mais igualitárias. Nota-se que nem sempre “os planos diretores são efetivamente resultado de um pacto social para a gestão do território municipal” e, também, que “não são todos os planos que dialogam com os preceitos sociais do Estatuto da Cidade” (Santos Junior, 2011, p. 29).

Dessa forma, o otimismo em torno de uma efetiva (embora paulatina) reforma urbana se desfez. A expectativa que o Estatuto da Cidade, sendo aplicado nos termos da gestão democrática, poderia produzir novas relações entre o público e o privado se evidenciou, sobretudo, a partir de 2013, numa crescente crise urbana sem sinal de ser superada (Maricato, 2015). Movimentos sociais tradicionais, técnicos progressistas e políticos ligados à pauta da reforma urbana, assim, sentiram-se desapontados “com os resultados da reforma urbana realmente existente” (Klink; Denaldi, 2016, p. 404).

Pedro Arantes (2014), em um texto de avaliação pertinente, chama esse processo de Anti-Reforma Urbana, afinal estava confinado às determinações de sempre: os interesses imobiliários, a reprodução da força de trabalho a baixos custos e um sistema de espoliação urbana tão intenso quanto perverso. Segundo Arantes (2014), “a face social da Reforma urbana

democrático-popular foi sendo recalcada a favor de soluções de mercado, das parcerias público-privadas e da gestão focalizada da pobreza” (p. 47).

A degradação da qualidade da vida urbana resultante da Anti-Reforma Urbana fez fermentar um profundo mal-estar na sociedade brasileira que estourou nas ruas em junho de 2013. Uma faísca, uma manifestação contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, incendiou todo o país, indicando que existia um profundo descontentamento com a forma de vida que se desenvolvia nas cidades. Esse descontentamento só aumentou com a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo da FIFA e, no Rio de Janeiro, das Olimpíadas. Com o levante nas ruas, agentes ultraliberais aproveitaram a chance para desidratar politicamente o governo Dilma Rousseff, eleito com uma margem apertada em 2014. Em 2016, o *impeachment* de Dilma por um processo parlamentar viciado serviu para radicalizar ainda mais a mercantilização das cidades a partir de uma inflexão ultraliberal, isto é, retomando com mais força princípios e concepções experimentadas no ciclo neoliberal dos anos 1990 na direção de políticas urbanas pró-mercado e destruindo bases que sustentavam as iniciativas institucionais de caráter reformista e distributivo (Ribeiro, 2020).

Essa tendência pró-mercado radicalizou-se ainda mais com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. O discurso promovido pelo então governo, em especial pela ala ligada à economia liberal do então ministro Paulo Guedes, teve efeitos profundos na organização das atividades econômicas que reverberam na qualidade do trabalho e, também, na qualidade de vida urbana. Em 2020, isto é, após um ano do governo Bolsonaro, teve início a pandemia de Covid-19. A pandemia ampliou as desigualdades históricas e se somou aos problemas estruturais da sociedade brasileira. O desemprego explodiu no período com a recessão econômica provocada pela política de isolamento e a ausência de políticas públicas para manutenção de empregos, bem como de políticas de subsídio para as famílias, o que fez aumentar a fome. Nesse contexto, o Brasil retornou ao mapa da fome da ONU, indicando que milhares de famílias viviam em situações de extrema vulnerabilidade (Canetti, 2020).

Nas eleições de 2022, a partir da formação de uma ampla frente política, Bolsonaro foi derrotado nas urnas e, no ano seguinte, iniciou-se o terceiro governo Lula. Essa mudança política aparecia no horizonte político da época como uma possibilidade de reversão das dinâmicas pró-mercado que foram colocadas em movimento desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Contudo, mesmo com uma orientação de centro-esquerda do governo que assumiu a gestão federal, os desafios históricos de nossa urbanização periférica se reproduzem. Acreditamos que iniciativas como a do nosso Curso de Formação contribuem com a construção

democrática de nossas cidades, fortalecendo espaços de participação e ampliando o escopo da Reforma Urbana para cidades mais justas e igualitárias, como veremos na próxima seção.

### **As edições do curso de formação e as pautas da luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade: uma análise a partir da teoria de *frames***

Em março de 2020, o vírus Sars-Cov-2 se disseminou no Brasil, instaurando a pandemia de Covid-19. Até outubro de 2021, o país atingiu cerca de 10% das mortes mundiais, apresentando uma das estatísticas internacionais mais graves (Salles, 2022 *apud* Miranda, 2021). Apesar desse dado prover de uma base nacional, as desigualdades socioeconômicas foram determinantes na ocorrência e mortalidade da doença em populações socialmente vulneráveis. A saber, as condições de trabalho, moradia e transporte desses grupos dificultaram ainda mais o distanciamento físico e a higiene necessários ao combate da propagação do vírus (Passos *et al.*, 2021). Além das circunstâncias de habitabilidade, circulação e trabalho dessas pessoas, o acesso à saúde foi distinto entre aqueles que dependiam do sistema público (SUS) e os que podiam recorrer aos hospitais particulares.

A pandemia aprofundou as desigualdades sociais e, em grandes cidades, como Belo Horizonte, deixou suas consequências mais severas para as populações residentes em vilas, favelas e ocupações urbanas. Somado a isso, a gestão presidencial de Jair Bolsonaro ampliava os desafios de controle da calamidade e trazia outras ameaças políticas à democracia (Salles, 2022). Após os dois anos mais críticos da pandemia, ainda em um quadro de insegurança social, política, sanitária, econômica e democrática, foi realizada a primeira edição do CFAS RMBH.

Promovido entre os meses de maio e julho de 2022, durante uma gradual e cautelosa retomada dos espaços públicos e da vida cotidiana nas cidades, a iniciativa constituiu-se enquanto importante campo de discussão sobre as lutas sociais urbanas e o direito à cidade. Integrantes de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil participaram da primeira edição do CFAS, cuja preparação e realização se deu de maneira híbrida, com encontros presenciais e *online*. Além de estimular a continuidade na luta pelos interesses coletivos, a reunião dessas pessoas no Curso auxiliou na constituição de uma rede de ativistas, que se tornou ainda mais simbólica devido às recentes experiências de *lockdown* e distanciamento social daquele contexto.

A segunda edição do Curso foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2023 e seguiu um formato semelhante. Os encontros, no entanto, foram exclusivamente presenciais e



contaram com infraestrutura de transporte e alimentação para os cursistas<sup>8</sup>. Nossa equipe é formada por professores da Escola de Arquitetura da UFMG, bolsistas de extensão e pesquisa, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo que se voluntariam e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). À dimensão extensionista do Curso de Formação está vinculado o projeto de pesquisa “Novas práticas sociais na RMBH: políticas públicas, redes e direito à cidade”, financiado pelo CNPq. Na pesquisa buscamos identificar, sistematizar e analisar transformações das demandas das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade e práticas sociais em territórios populares da RMBH a partir dos desafios emergentes e das consequentes formas de ação de movimentos sociais, associações e coletivos.

Quando somadas, as duas edições do CFAS já realizadas incluíram 80 cursistas vinculados a cerca de 90 diferentes movimentos, associações ou coletivos e o debate de 17 núcleos temáticos. Na sua primeira edição, o Curso contou com 49 participantes, sendo 51% deles autodeclarados pretos ou pardos, compostos predominantemente por mulheres. Do total de inscritos, 25% possuem até ensino médio completo, seguido por 19% com graduação completa, 12% com pós-graduação completa e 12% com ensino médio incompleto. Ainda sobre essa edição, a juventude, de 20 a 30 anos, representou 23% do total de inscritos. Outros 23% declararam ter de 40 a 50 anos, seguidos de 16% que afirmaram ter de 30 a 40 anos. Na segunda edição, que contou com 31 participantes, 36% se declararam pretos ou pretas, 36% pardos ou pardas, 19% brancos ou brancas e 6% indígenas. Em relação ao sexo, a composição também foi predominantemente de mulheres, representando 55% dos cursistas. Do total de inscritos, 29% possuíam graduação completa, 26% graduação incompleta, 16% pós-graduação completa, 13% ensino médio completo, 7% ensino médio incompleto e 6% pós-graduação incompleta. Já em relação à faixa etária dos participantes, o grupo de cursistas foi composto majoritariamente por idosos (acima de 60 anos de idade) e pessoas com idades entre 51 e 60 anos, indicando que a juventude não foi predominância dentre os cursistas.

Interessam, para os fins deste artigo, diálogos entre a teoria de *frames* e os processos de preparação e o desenrolar dos encontros das edições do CFAS. Analisamos, especificamente, as demandas que foram apresentadas pelos ativistas quando da definição dos temas do Curso e os rumos de discussão dessas temáticas nos encontros perguntando o que revelam em termos de diagnóstico e enquadramento motivacional de *framing processes*. Ademais, refletimos sobre

---

<sup>8</sup> Contamos, até 2023, com recursos advindos de edital da União Europeia, conquistado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana em parceria com o INCT/CNPq Observatório das Metrópoles, para custear refeições e deslocamentos de inscritos e colaboradores do CFAS.

as pautas dos movimentos, associações e coletivos aos quais os cursistas-ativistas se declararam vinculados.

Gamson (1975) e Snow *et al.* (1986) introduziram o termo “frame” nos estudos sobre movimentos sociais. A noção de *frame* se vincula ao trabalho do sociólogo canadense Erving Goffman (2006). Ele utilizou o termo para definir esquemas de interpretação, que “permitem ao usuário localizar, perceber, identificar e rotular aparentemente um número infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos” (Goffman, 2006, p. 29). Ou seja, *frames* ajudam a compreender o significado de eventos e a organizar experiências, servindo como guias para a ação.

Na análise organizacional de Snow e Benford (1992), *frames* são ações orientadas para conjuntos de significados e crenças que movem e legitimam as campanhas e atividades de um movimento social. *Frames* de ação coletiva são construídos à medida que adeptos do movimento constroem uma compreensão compartilhada de alguma condição ou situação problemática que eles definem como necessitada de mudança, fazendo atribuições sobre quem ou o que é responsável<sup>9</sup>, articulando um conjunto alternativo de arranjos e incitando outros a agir em conjunto para promover mudanças (Benford; Snow, 2000). As principais tarefas do processo de *framing* pelos movimentos sociais envolvem o diagnóstico, com identificação e atribuição de responsabilidades, o prognóstico e o enquadramento motivacional (Benford; Snow, 2000). Gamson (1992) complementa que os *frames* de ação coletiva assinalam injustiças e formam parte da política discursiva contra alguma hegemonia estabelecida.

Os *frames* de ação coletiva de maior escopo e mais inclusivos e flexíveis foram denominados por Snow e Benford (1992) como *master frames*. Enquanto os *frames* correspondem a elaborações de um número restrito de organizações, ou mesmo de um setor de movimentos sociais, os *master frames* abrangem um número maior de organizações e movimentos. Dessa forma, ao nos determos nos movimentos aos quais cursistas-ativistas do CFAS declararam estar vinculados, observamos que a luta por habitação e/ou terra desponta como uma pauta central. Os cursistas, em suas trajetórias de ativismo e vinculações, atuam em movimentos sociais de pautas diversas, mas que possuem como denominador comum a habitação – nas dimensões do déficit habitacional e da moradia digna como direito, por exemplo – configurando-a como um *master frame*.

---

<sup>9</sup> Uma vez que os movimentos sociais procuram remediar ou alterar alguma situação ou questão problemática, a ação dirigida depende da identificação da(s) fonte(s) de causalidade, culpa e/ou agentes culpados. Contudo, o consenso quanto à origem do problema não decorre automaticamente do acordo quanto à natureza do problema. Controvérsias sobre quem ou o que culpar surgem frequentemente entre as várias organizações que compõem um movimento social, bem como dentro das organizações do movimento (Benford, Snow, 2000).

Em paralelo, os processos de preparação do Curso de Formação e seus encontros nos levam a refletir sobre o imbricamento entre outras dimensões do direito à cidade e a luta por habitação, enquanto aqui compreendida como *master frame*. A preparação de ambas as edições do CFAS se deu predominantemente de maneira remota, reunindo em uma série de reuniões os representantes de movimentos sociais organizados e atuantes da reforma urbana na RMBH e discentes, docentes e pesquisadores da UFMG, que atuaram como mediadores. Essas discussões encaminharam um plano programático das demandas latentes percebidas pelos grupos nos territórios populares nos últimos anos. A partir disso, elaboramos as programações do Curso.

Na primeira edição, foram realizados doze encontros que tiveram os seguintes eixos de discussão: metropolização e cidades; participação e cidadania nas políticas urbanas; política habitacional na RMBH; plano diretor e papel do Estado nas políticas públicas; sistema de direitos humanos e advocacia popular; conflitos minerários e meio ambiente; natureza e cidade; apropriação da cidade e cultura popular; organização popular em territórios periféricos e manejo de conflitos; gênero, raça e classe na cidade; mobilidade metropolitana; e horizontes e limites do direito à cidade. Em alguns dos encontros, mais de uma dessas temáticas foi debatida. Na segunda edição, os encontros foram sobre: política habitacional da RMBH; segurança alimentar e agricultura urbana; transição ecológica, risco socioambiental e gestão de resíduos sólidos; participação popular, controle social e o plano diretor de Belo Horizonte; e regularização fundiária e outras formas de permanência para além da propriedade privada.

Essa diversidade de temáticas abordadas nos cursos, embasada nos interesses e demandas dos ativistas e dos coletivos aos quais estão vinculados, demonstra a hibridação de pautas ligadas à vida na cidade. Expressa também, no bojo do processo de *framing*, a fase de diagnóstico, isto é, a identificação dos problemas e situações, uma tarefa central dos movimentos sociais. No enquadramento de diagnóstico, movimentos sociais interpretam determinada situação como um problema e, mais especificamente, como uma injustiça. Apontam culpados pela existência da situação, assim como as fronteiras entre “nós” e “eles” e entre “bem” e “mal” (Benford; Snow, 2000).

Vale observar, por meio dos temas designados para o Curso de Formação pelos próprios movimentos que o ideário da reforma urbana se expande para além da questão habitacional, tema-problema perene em nossas grandes cidades e o faz em intersecção com outras lutas que tocam a urbanização periférica. Nos termos de Snow *et al.* (1986), o que observamos é um alinhamento de *frames*, que acontece quando dois ou mais frames de ação coletiva se interconectam. No caso aqui analisado, a luta por moradia e/ou terra se alinha aos *frames*

relativos à segurança alimentar, preservação do meio ambiente, racismo ambiental, mobilidade urbana, lazer e cultura, entre outras pautas. De forma mais ampla, esses *frames* integram a luta pelo direito à cidade, a busca por formas mais igualitárias de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades.

Apesar dos assuntos antes elencados formarem eixos de discussão para os encontros do CFAS, os participantes tiveram autonomia na condução do debate, o que os permitiu expressar seus reais interesses, vivências e percepções. O encontro dedicado ao debate sobre conflitos minerários e meio ambiente foi de grande importância devido ao papel central que esse modelo extrativista tem em Minas Gerais, aos crimes ambientais cometidos no estado e aos consideráveis impactos socioambientais decorrentes da atividade (Ferrari; Coelho, 2022). Contudo, as manifestações de cursistas durante esse encontro, especificamente, permearam predominantemente o campo da agroecologia urbana e da produção de alimentos na cidade.

Uma das possíveis causas para esse enfoque discursivo é a questão da fome durante a pandemia. Constatou-se que nesse período o acesso a alimentos foi prejudicado, devido à diminuição da renda das famílias e ao aumento no preço dos alimentos (Schall *et al*, 2022). Por meio de relatos durante o curso, observamos a mobilização de diversas mulheres moradoras de ocupações urbanas em torno de atividades agroecológicas, como hortas auto empreendidas, seja para consumo próprio ou para venda no mercado externo no contexto da pandemia e da insegurança alimentar por ela intensificada em territórios populares e em situação de vulnerabilidade social. Isso nos leva a corroborar com a premissa formulada por Zald e Ash (1966) de que os movimentos sociais não operam em um tipo de vácuo social, pois estão imbricadas (*embedded*) com o ambiente. Nesse sentido, o processo de *framing* é afetado, dentre outros, por elementos do contexto político e cultural em que ele está inserido.

Ainda em relação ao *frame* segurança alimentar durante a pandemia, vale citar o caso de uma participante do CFAS para quem práticas de agricultura urbana foram alternativas de geração de renda, mas também formato de trabalho que oferecesse menos riscos de contaminação. Segundo a participante, que antes trabalhava como acompanhante de idosos em hospitais, construir e produzir a horta evitaria sua circulação em transportes públicos e em ambientes suscetíveis à propagação do vírus, o que era uma ameaça ainda maior visto seu enquadramento no grupo de risco para agravamento da Covid-19.

Essa mesma participante contou ainda que, para consolidar o empreendimento, dispôs de um terreno vago na ocupação em que mora na região do Barreiro, em Belo Horizonte. O terreno, de alta declividade e solo de terra batida, era utilizado como ponto de despejo de resíduo sólido e entulho e encontrava-se pouco fértil e muito erodido. A partir de esforços próprios e

de um sistema de mutirões, ela e outros integrantes do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) trabalharam arduamente na limpeza do local e na recuperação da terra por meses, até que pudessem iniciar o plantio e a administração da produção de hortaliças. Hoje, a produtividade da horta é diversa, conta com programas socioambientais que incluem crianças da ocupação e possibilita à produtora expor e vender seus produtos semanalmente em feiras de alimentação orgânica.

Esse relato nos permite duas observações. Primeiro, ressaltar as motivações pessoais da participante em diálogo com a ação coletiva na qual se engajou. O *frame* influencia o comportamento humano por se constituir como uma estrutura individual e social, simultaneamente. Ele é um esquema cognitivo amparado individualmente, mas que, na ação coletiva, é compartilhado por indivíduos ao canalizar os seus comportamentos e interesses em comum (Benford; Snow, 2000). E segundo refletir sobre prognóstico a partir do mutirão de viabilização da horta pela organização MLB. Se a tarefa de diagnóstico contempla a identificação de problemas e responsáveis, por meio do “enquadramento de prognóstico”, outra empreitada central no processo de *framing*, os ativistas de uma organização apontam as soluções para os problemas identificados e delineiam planos para alcançá-las. No caso aqui analisado, frente à urgência de uma escassez multidimensional – alimentos, saúde, segurança, renda etc. – durante a pandemia, despontou do ativismo a produção dos próprios alimentos como solução para subsistência e potencial fonte de renda.

A ação coletiva para implementação da horta e manutenção das atividades de cultivo e comercialização pela cursista expressam ainda o que Telles (2006) e, mais recentemente, Abílio (2021), compreendem como viração. Trata-se do trânsito entre trabalho formal e informal que trabalhadores e trabalhadoras de classes populares vão percorrendo ao longo de suas vidas, na combinação de bicos, programas sociais, engajamento em empreendimentos familiares, empregos e envolvimento com trabalhos que mal são reconhecidos enquanto tais. São estratégias de sobrevivência que envolvem um autogerenciamento e um engajamento em oportunidades instáveis e precárias que vão garantindo o viver.

Para Schall *et al.* (2022), cujo estudo trata de gênero e insegurança alimentar na pandemia, no Brasil, a partir da perspectiva das mulheres, as ações dessas mulheres são relativas à segurança alimentar, mas são também potências que vão além: tangem à autonomia produtiva, o direito à terra, a escolha alimentar e a luta por outras formas de vida. O estudo traz a importância das “associações civis e dos movimentos sociais na criação de agendas, no diálogo com entidades governamentais, sobretudo em contextos em que os governos negligenciam as demandas da sociedade civil” (Schall *et al.*, 2022, p. 9), refletindo sobre a consideração desses

saberes e desses atores. Essas questões foram amplamente debatidas nos encontros do CFAS demonstrando, mais uma vez, uma afinidade entre a *práxis* elencada pelos agentes ativistas e as condições impostas pela pandemia.

Outra noção da teoria de *frames* que convida reflexões a partir do CFAS é a ideia de ressonância. Um dos encontros da segunda edição do Curso, como exposto anteriormente, teve como eixos temáticos: transição ecológica; risco socioambiental; e gestão de resíduos sólidos, que foram objeto de um entusiasmado engajamento de cursistas-ativistas nos debates. Apesar de compartilharem situações pessoais e comunitárias ligadas à temática do encontro, baseadas em seus diferentes locais de moradia e suas particularidades, eles construíram coletivamente uma narrativa consciente sobre a sociedade de risco (Beck, 2011) em que vivemos e seu clamor por ação.

Beck (2011) aponta o alto grau e alto número de perigos criados pela sociedade moderna – ligados a questões como poluição ambiental, finitude de recursos naturais e tratamento industrial de alimentos e da agricultura – e o que implicam em termos do surgimento de uma sociedade de risco autoconsciente, que assume a tarefa de modernizar os princípios da modernidade, sobretudo aqueles alinhados com uma sociedade industrial clássica e seu consumismo. A sociedade de risco reconhece que continuar de acordo com princípios do industrialismo clássico implica correr o risco da autodestruição. Para Beck, surgem na sociedade de risco novas formas de ativismo em paralelo com tentativas da reforma social e política. Observamos a emergência do campo da “subpolítica”, termo pelo qual ele designa as atividades de grupos e agências que operam fora dos mecanismos formais da democracia política – tais como os grupos ecológicos, de direitos dos consumidores ou de direitos humanos e, no nosso caso, as diversas organizações às quais se vinculam os participantes do CFAS. A responsabilidade da gestão do risco não pode ser deixada apenas aos políticos ou aos cientistas: é necessária a participação de outros grupos, o que as falas e reações do encontro em discussão reiteram.

Além dessa consciência sobre a sociedade de risco, cursistas-ativistas discutiram mecanismos de poder e hierarquização que operam no bojo da questão ambiental em diálogo com outras pautas. Mencionaram e debateram, por exemplo, a não manutenção e preservação de áreas verdes próximas a vilas e favelas em prol de empreendimentos imobiliários, a apropriação privada de bens ambientais públicos como nascentes de água, os contrastes na prestação de serviços públicos municipais de coleta de lixo quando comparadas regiões de classes média e baixa, os estigmas sobre catadores de resíduos sólidos e a utilização de áreas de risco para provisão de moradia por políticas habitacionais.

O debate nesse encontro do CFAS, portanto, expressa a ressonância de *frames* da problemática ambiental, com ênfase na relação entre natureza, consumo e seres humanos nas grandes cidades, mas também nas desigualdades que a permeia. Ressonância, basicamente, é o grau em que um *frame* obtém apoio ou é interpretado como efetivo. A análise depende de fatores como consistência entre crenças, reivindicações e ações; credibilidade empírica dos frames, ou seja, a capacidade de eles serem verificados, o que depende, da credibilidade de seus articuladores e da importância dos alvos da mobilização (Snow; Benford, 2000).

Por fim, um fator que ampliou percepções e discussões sobre a realidade nos territórios populares e suas práticas de ativismo durante as duas edições do CFAS é o seu caráter itinerante. A sua metodologia de realização garantiu que os encontros fossem distribuídos na região metropolitana de Belo Horizonte, no que chamamos de territórios populares, em sedes de associações, projetos sociais, ocupações e entidades que têm como cerne as ações coletivas organizadas pela sociedade civil.<sup>10</sup> Suas localizações na metrópole variam. São, geralmente, territórios situados fora do centro geográfico da cidade, ou seja, na periferia urbana. Contudo, são principalmente locais socialmente distantes do centro simbólico de paisagem de poder e de concentração do capital na cidade.<sup>11</sup>

Como na primeira edição do CFAS, a itinerância dos encontros pela cidade busca aproximar a discussão da vivência nos territórios e de seus desafios cotidianos. O esforço de realizar o Curso nesses espaços partiu do propósito de aproximar discussão e vivência nos territórios, contatando os desafios cotidianos já existentes e os que surgiram ou foram agravados com a pandemia. Nessas condições, ao passo que se discutia sobre os temas, também se tomava conhecimento sobre as formas de organização, moradia e mobilizações das localidades que recebiam encontros. Apesar dos participantes sinalizarem um movimento social de origem e indicarem agendas específicas, observamos que o desenrolar das atividades do Curso contribuiu para que eles somassem a esse pertencimento uma percepção sobre o cruzamento entre lutas, com a compreensão da reforma urbana e do direito à cidade a partir de um amplo panorama, processual e multidimensional.

---

<sup>10</sup> Também utilizamos da infraestrutura física da Escola de Arquitetura da UFMG e de equipamentos públicos, como escolas e centros culturais, para os encontros. As negociações sobre onde e como realizá-los são complexas e dependem de uma série de fatores ligados à agenda do Curso, disponibilidades pessoais, horários de funcionamento, entre outros.

<sup>11</sup> O segundo encontro da segunda edição do Curso, por exemplo, incluiu atividades em duas ocupações de prédios no Centro da cidade: Maria Carolina de Jesus, de 2017, e Maria do Arraial, de 2023. Ambas foram idealizadas e organizadas pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) para provimento de habitação para famílias sem-teto ou sem moradia adequada em edifícios que se encontravam vagos, cumprindo “à força” a função social da propriedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou indícios de transformações da pauta da reforma urbana e de ampliação da concepção de direito à cidade a partir do relato de uma experiência de extensão e tomando como referência a teoria de *frames*. Os movimentos, coletivos e grupos envolvidos na experiência do CFAS, tanto na primeira edição como na segunda, apontam para novas práticas e discursos que renovam a luta urbana incorporando novas demandas emergentes dos territórios periféricos. Considerar essa transformação é fundamental não apenas para compreender a realidade desses territórios, mas para pensar a contribuição da universidade no desenvolvimento dessas pautas, a partir de sua interseção com os movimentos sociais e as políticas públicas.

A pandemia e seus desdobramentos, em um contexto nacional de inflexão ultraliberal (Ribeiro, 2020), pautaram boa parte dos debates da primeira edição do CFAS. A tônica da segunda edição, realizada em 2023, foi de alívio e otimismo insuflados tanto pelo fim da pandemia, com a retomada da vida social pública e do ativismo presencial, quanto com a volta da esquerda ao governo federal, ainda que em circunstâncias que demandem uma postura otimista moderada, ciente da polarização política e ideológica e dos desafios impostos para o crescimento econômico e para contorno de desigualdades sociais acirradas na década anterior (Crespo, 2022).

As formas de ação política coletivas desempenham papel fundamental na defesa dos direitos sociais e na construção do direito à cidade, em especial após a profunda rodada de neoliberalização das nossas cidades. Como visto, o Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana contribui para a constituição de redes de ativismo que se articulam de acordo com as demandas dos diferentes territórios. A partir dos encontros itinerantes, os cursistas entram em contato com diferentes realidades e encontram convergências entre suas ações, favorecendo ajuda mútua e ações de solidariedade, além de ampliarem os seus repertórios de ação política. Os *frames* que cada movimento constrói é amplificado a partir do contato com outras realidades, produzindo combinações que ressoam as lutas anteriores e constituem novas pautas. No nosso entendimento, essa tendência pode indicar um novo enquadramento para compreendermos as lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade no Brasil.

O curso de formação de agentes sociais pela reforma urbana na RMBH aqui apresentado segue em desenvolvimento. Além de finalizar a segunda edição, está prevista a realização de ao menos uma terceira edição, no segundo semestre de 2024. A expectativa é que esse projeto combinado de extensão, ensino e pesquisa possa ter uma vida perene, amplificando as lutas construídas pelos territórios periféricos. Dessa maneira, a ação de extensão cumpre papel



fundamental em fortalecer as ações democráticas de grupos sociais vulneráveis na construção de uma cidade mais justa.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014. DOI 10.1590/0011-5258201411. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/8ZJqHY9tmRfJ4x4Ny4SB7tL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ABÍLIO, L. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 933-955, 2021. DOI 10.4322/2316-1329.2021023. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1081>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ANDRÉS, R. **A razão dos centavos**: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. São Paulo: Zahar, 2023.

ARANTES, P. F. A Anti reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: JUNIOR, P. A. S. (org.). **Jornadas de junho**: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014. p. 41-46.

AVRITZER, L. **Experiências Nacionais de Participação Social**. Belo Horizonte: Cortez, 2009.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BECK, U. **Sociedade do risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000. DOI 10.1146/annurev.soc.26.1.611. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.26.1.611>. Acesso em: 14 set. 2023.

BONDUKI, N. G. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 22, n. 82, p. 8-14, 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

CALDAS, M. F. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-

graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A86J5X>. Acesso em: 14 set. 2023.

CAMPOS, C. V. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). **Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 53, p. 185-224, 2019. DOI 10.20396/tematicas.v27i53.11606. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11606>. Acesso em: 14 set. 2023.

CANETTIERI, T. Periferia e a luta por moradia e pela vida em tempos de pandemia: cenários e desafios. **Ipê Roxo**, Jardim, v. 2, n. 1, 49-61, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/iperexo/article/view/5534>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.17-65.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. (org.). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CRESPO, E. El Brasil de Lula y los motivos de un optimismo moderado. **Página 12**, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/498445-el-brasil-de-lula-y-los-motivos-de-un-optimismo-moderado>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FERRARI, J.; COELHO, G. Coalizões nos territórios minerados do vetor sul da RMBH. In: MENDONÇA, J. *et al.* (org.). **Reforma urbana e direito à cidade Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 151-160.

GAMSON, W. A. The social psychology of collective action. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (org.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 82-110.

GAMSON, W. A. Frame analysis: an essay on the organization of experience by Erving Goffman. **Contemporary Sociology**, Washington, v. 4, n. 6, p. 603-607, 1975.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

SANTOS, M. C. L. *et al.* Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil (MNCR). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 3., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 59-94. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7080285/mod\\_resource/content/1/Frames%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20coletiva\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7080285/mod_resource/content/1/Frames%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20coletiva_.pdf). Acesso em: 2 dez. 2023.

KLINK, J.; DENALDI, R. On urban reform, rights and planning: challenges in Brazil. **Planning Theory**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 1-16, 2016. DOI 10.1177/1473095215592441. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=b307d3f6fee1db5073c4d951ffd89f7eca1c7da>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MAIA, P. I.; BRASIL, F. D. Produção social da habitação e as novas ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 132-147, 2019. DOI 10.5433/2318-9223.2019v7n2p132. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/35182>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MIRANDA, L. I. B. **As metrópoles e a COVID-19**: Dossiê Nacional, volume II. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2021.

MORONI, J. A. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 284-304, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4063/406345256006.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Horta das Corujas. 2016. 438 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/en.php>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NAKANO, A. K.; FREITAS, C. A. O.; SOUTO, J. W. A. A permanência do problema habitacional nas cidades brasileiras: proposições para a habitação socialmente necessária. In: D'ANDREA, T. P. (org.) **Reflexões Periféricas**: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas. São Paulo: Editora Dandara, 2021. p. 93-115.

NASCIMENTO, T. A. M. **Habitação de interesse social e o Programa Minha Casa Minha Vida em Belo Horizonte**: percepções sobre morar. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/c593c096-33ad-4af5-8f0f-60bf9ad8c971>. Acesso em: 14 set. 2023.

ORNELAS, G. M. **Agroecologia e política**: ações coletivas e institucionalização da agroecologia do município de Belo Horizonte (1993-2020). 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39903>. Acesso em: 14 set. 2023.

PASSOS, V. M. A. *et al.* Maior mortalidade durante a pandemia de COVID-19 em áreas socialmente vulneráveis em Belo Horizonte: implicações para a priorização da vacinação. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 24, p. 1-13, 2021. DOI 10.1590/1980-549720210025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/BwBtCMytTbqQVBFNWDG3yDR/#>. Acesso em: 2 mar. 2024.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. O dilema do enquadramento interpretativo: O caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 189-216, 2017. DOI 10.1590/s0102-69222017.3201009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/SXxfp4PMNZKCB5J3kRZdkWG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 2 mar. 2024.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. **Observatório das Metrópolis**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/as-metropoles-e-o-direito-a-cidade-na-inflexao-ultraliberal-da-ordem-urbana-brasileira-texto-para-discussao>. Acesso em: 14 set. 2023.

RICOLDI, A. M. Temas em Direitos Humanos de uma organização da Paraíba e o master frames de Direitos Humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 123-154, 2012. DOI 10.1590/S0102-64452012000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xjYC9S5HwqCvvjWSbV5nQ8z/#>. Acesso em: 2 mar. 2024.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015. DOI 10.1590/2236-9996.2015-3306. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/q47HCnW58YPJHzyvhZSWPwB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SALLES, R. O conflito federativo no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 103-121, 2022. DOI 10.5380/sclplr.v8i2.87018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/87018>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SANTOS JUNIOR, O. A. Recordação e síntese. *In*: SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (org.). **Os planos diretores pós-estatuto da cidade: Balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2011.

SANTOS JUNIOR, O. A. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. **E-Metropolis**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 13-25, 2019. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39\\_art1.pdf?15807](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39_art1.pdf?15807). Acesso em: 14 set. 2023.

SCHALL, B. *et al.*, Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 4145-4154, 2022. DOI 10.1590/1413-812320222711.07502022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/W4SVQYKZYHtHnpqggXXhWMm/#>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SERRA, J. O. **Frames do movimento feminista sobre assédio sexual**: uma análise de vídeos publicados por mulheres no Youtube antes e depois da lei do crime de importunação sexual. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-02082022-145140/pt-br.php>. Acesso em: 14 set. 2023.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SNOW, D.; BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. *In*: MORRIS, A.; MUELLER, C. M. (org.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

SNOW, D. A. *et al.* Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986. DOI 10.2307/2095581. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/246234920\\_Frame\\_Alignment\\_Process\\_Micromobilization\\_and\\_Movement\\_Participation](https://www.researchgate.net/publication/246234920_Frame_Alignment_Process_Micromobilization_and_Movement_Participation). Acesso em: 3 abr. 2024.

SNOW, D. A. Framing process, ideology and discursive fields. *In*: SNOW, D. A.; SOULE, S. A; KRIESI, H. (org.). **The Blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 380-412.

GONÇALVES, R. S.; SIMÕES, S. S.; MAGALHÃES, A. F. Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações. **O social em questão**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 9-20, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256740001>. Acesso em: 4 abr. 2024.

TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006. DOI 10.1590/S0103-20702006000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/SLjr9nhR7JqrSkxj8YJXtZy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 3 abr. 2024.

ZALD, M. N.; ASH, R. Social movement organization: growth, decay and change. **Social Forces**, Oxford, v. 44, n. 3, p. 327-341, 1966. DOI 10.2307/2575833. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2575833>. Acesso em: 4 abr. 2024.

Submetido em 11 de abril de 2024.

Aprovado em 17 de junho de 2024.